

ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVOS

2.1 DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2016

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	483.526.177,41	460.940.111,93	17,36%	526.371.651,23	479.259.048,94	18,90%	572.082.921,72	497.496.616,58	20,54%
Receitas Primárias (I)	441.984.651,64	421.339.038,74	15,87%	493.975.165,86	449.762.193,00	17,74%	537.004.425,94	466.991.540,65	19,28%
Despesa Total	483.526.177,41	460.940.111,93	17,36%	526.371.651,23	479.259.048,94	18,90%	572.082.921,72	497.496.616,58	20,54%
Despesas Primárias (II)	476.081.777,41	453.843.448,44	17,09%	518.182.911,23	471.803.237,57	18,60%	562.926.610,72	489.534.075,54	20,21%
Resultado Primário (III) = (I - II)	(34.097.125,77)	(32.504.409,69)	-1,22%	(24.207.745,37)	(22.041.044,57)	-0,87%	(25.922.184,78)	(22.542.534,89)	-0,93%
Resultado Nominal	9.764.155,28	9.308.060,33	0,35%	(3.190.497,75)	(2.904.934,02)	-0,11%	1.801.871,96	1.566.949,77	0,06%
Dívida Pública Consolidada	47.923.693,42	45.685.122,42	1,72%	58.992.640,06	53.712.536,58	2,12%	58.992.640,06	51.301.372,09	2,12%
Dívida Consolidada Líquida	13.901.523,71	13.252.167,50	0,50%	10.533.827,71	9.591.003,31	0,38%	12.175.654,91	10.588.232,74	0,44%
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%

FONTE: Anexo III e IV da Metodologia e Memória de Cálculo da LDO 2016.

OBS:

- Dados consolidados considerando administração direta e indireta (fundação, fundos especiais e autárquica) nas receitas e despesas totais e primárias;
- Dados consolidados para a projeção do resultado nominal, com exceção da entidade previdenciária;
- Resultado nominal, dívida consolidada e líquida de 2016, 2017 e 2018 foram projetados com base no demonstrativo do Anexo IV;
- Os resultados primários foram projetados conforme valores estimados de receita e despesa constantes no Anexo III;
- As receitas e despesas de 2016 a 2018 foram estimadas conforme metodologia de cálculo constantes nos Anexos I e II e demonstrativos dos Anexos V e VIII;
- Os valores constantes equivalem aos valores correntes abstraídos da variação do poder aquisitivo da moeda. Foram calculados expurgando os índices de deflação (2016 - 4,9%, 2017 - 4,7% e 2018 - 4,7%) aplicados no valor corrente, trazendo os valores das metas de cada ano para valores praticados em 2015. Os índices de inflação de 2016 e 2017 referem-se a índices projetados pelo Banco Central, sendo repetidos para 2018 o índice de 2017.

2.2 DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 2016

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2014	% PIB	Metas Realizadas em 2014	% PIB	Variação	
	(a)		(b)		Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	386.433.076,63	13,87%	331.529.492,97	11,90%	(54.903.583,66)	-14,21%
Receitas Primárias (I)	357.732.258,77	12,84%	310.022.358,57	11,13%	(47.709.900,20)	-13,34%
Despesa Total	386.433.076,63	13,87%	326.236.731,72	11,71%	(60.196.344,91)	-15,58%
Despesas Primárias (II)	379.300.476,63	13,62%	320.288.721,93	11,50%	(59.011.754,70)	-15,56%
Resultado Primário (III) = (I-II)	(21.568.217,86)	-0,77%	(10.266.363,36)	-0,37%	11.301.854,50	-52,40%
Resultado Nominal	2.592.499,68	0,09%	4.584.741,49	0,16%	1.992.241,81	76,85%
Dívida Pública Consolidada	44.412.953,19	1,59%	41.887.851,81	1,50%	(2.525.101,38)	-5,69%
Dívida Consolidada Líquida	12.023.044,79	0,43%	(4.357.250,06)	-0,16%	(16.380.294,85)	-136,24%

FONTE: RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2014 (Balanço Orçamentário, Demonstrativo do Resultado Nominal e Demonstrativo de Resultado Primário) e Anexo de Metas Fiscais LDO 2014.

2.3 DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2016

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, § 2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total	300.729.183,24	331.529.492,97	10,24%	402.244.364,44	21,33%	483.526.177,41	20,21%	526.371.651,23	8,86%	572.082.921,72	8,68%
Receitas Primárias (I)	283.353.419,47	310.022.358,57	9,41%	375.177.812,12	21,02%	441.984.651,64	17,81%	493.975.165,86	11,76%	537.004.425,94	8,71%
Despesa Total	276.585.946,17	326.236.731,72	17,95%	402.244.364,44	23,30%	483.526.177,41	20,21%	526.371.651,23	8,86%	572.082.921,72	8,68%
Despesas Primárias (II)	270.159.962,38	320.288.721,93	18,56%	395.394.387,54	23,45%	476.081.777,41	20,41%	518.182.911,23	8,84%	562.926.610,72	8,63%
Resultado Primário (III) = (I - II)	13.193.457,09	(10.266.363,36)	-177,81%	(20.216.575,42)	96,92%	(34.097.125,77)	68,66%	(24.207.745,37)	-29,00%	(25.922.184,78)	7,08%
Resultado Nominal	(12.861.434,62)	4.584.741,49	-135,65%	14.567.292,92	217,73%	9.764.155,28	-32,97%	(3.190.497,75)	-132,68%	1.801.871,96	-156,48%
Dívida Pública Consolidada	42.041.909,01	41.887.851,81	-0,37%	55.191.518,77	31,76%	47.923.693,42	-13,17%	58.992.640,06	23,10%	58.992.640,06	0,00%
Dívida Consolidada Líquida	(8.701.492,47)	(4.357.250,06)	-49,93%	30.638.179,88	-803,15%	13.901.523,71	-54,63%	10.533.827,71	-24,23%	12.175.654,91	15,59%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total	345.286.391,87	357.720.322,91	3,60%	402.244.364,44	12,45%	460.940.111,93	14,59%	479.259.048,94	3,97%	497.496.616,58	3,81%
Receitas Primárias (I)	325.336.167,18	334.514.124,90	2,82%	375.177.812,12	12,16%	421.339.038,74	12,30%	449.762.193,00	6,75%	466.991.540,65	3,83%
Despesa Total	317.565.998,64	352.009.433,53	10,85%	402.244.364,44	14,27%	460.940.111,93	14,59%	479.259.048,94	3,97%	497.496.616,58	3,81%
Despesas Primárias (II)	310.187.916,03	345.591.530,96	11,41%	395.394.387,54	14,41%	453.843.448,44	14,78%	471.803.237,57	3,96%	489.534.075,54	3,76%
Resultado Primário (III) = (I - II)	15.148.251,15	(11.077.406,07)	-173,13%	(20.216.575,42)	82,50%	(32.504.409,69)	60,78%	(22.041.044,57)	-32,19%	(22.542.534,89)	2,28%
Resultado Nominal	(14.767.034,93)	4.946.936,07	-133,50%	14.567.292,92	194,47%	9.308.060,33	-36,10%	(2.904.934,02)	-131,21%	1.566.949,77	-153,94%
Dívida Pública Consolidada	48.271.002,21	45.196.992,10	-6,37%	55.191.518,77	22,11%	45.685.122,42	-17,22%	53.712.536,58	17,57%	51.301.372,09	-4,49%
Dívida Consolidada Líquida	(9.990.739,53)	(4.701.472,81)	-52,94%	30.638.179,88	-751,67%	13.252.167,50	-56,75%	9.591.003,31	-27,63%	10.588.232,74	10,40%

FONTE: RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Balanço Orçamentário, Demonstrativo do Resultado Nominal e Demonstrativo do Resultado Primário) de 2013 e 2014, Anexo de Metas Fiscais LDO 2015 e Anexo III e IV da Metodologia e Memória de Cálculo da LDO 2016.

OBS.:

- a) A posição dos saldos de 2013 e 2014 é de 31 de dezembro;
- b) Resultado nominal, dívida consolidada e dívida líquida de 2016, 2017 e 2018 foram projetados com base no demonstrativo do Anexo IV;
- c) Os resultados primários foram projetados conforme valores estimados de receita e despesa constantes no Anexo III;
- d) As receitas e despesas de 2016 a 2018 foram estimadas conforme metodologia de cálculo constantes nos Anexos I e II e demonstrativos dos Anexos V e VIII;
- e) Os valores constantes equivalem aos valores correntes abstraídos da variação do poder aquisitivo da moeda. Foram calculados expurgando os índices de inflação (2014 – 6,41% e 2015 – 7,9%) ou deflação (2016 – 4,9%, 2017 – 4,7% e 2018 – 4,7%) aplicados no valor corrente, trazendo os valores das metas de cada ano para valores praticados em 2015. Os índices de inflação de 2014 e 2015 referem-se ao IPCA divulgado pelo IBGE, de 2016 e 2017 índices projetados pelo Banco Central, sendo repetidos para 2018 o índice de 2017.

2.4 DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2016

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)

RS 1,00

<i>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</i>	<i>2014</i>	<i>%</i>	<i>2013</i>	<i>%</i>	<i>2012</i>	<i>%</i>
Patrimônio/Capital	440.439.146,49	100%	390.310.875,85	100%	358.456.401,34	100%
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL	440.439.146,49	100%	390.310.875,85	100%	358.456.401,34	100%

COORDENADORIA DE PREVIDÊNCIA TOLEDOPREV

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<i>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</i>	<i>2014</i>	<i>%</i>	<i>2013</i>	<i>%</i>	<i>2012</i>	<i>%</i>
Patrimônio	44.487.338,98	100%	-264.569.930,93	100%	-224.356.369,85	100%
Reservas						
Lucros ou prejuízos acumulados						
TOTAL	44.487.338,98	100%	(264.569.930,93)	100%	(224.356.369,85)	100%

FONTE: Balanço Patrimonial dos exercícios de 2012 a 2014.

Justificativa: Há uma tendência de crescimento do Patrimônio Líquido, tendo em vista que as receitas do fundo de contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas, contribuições patronal, aportes financeiros e compensação previdenciária são superiores aos dispêndios com aposentadorias, pensões e outros benefícios. Mesmo ocorrendo aumento do Patrimônio Líquido o Fundo tem apresentado crescimento no valor das reservas matemáticas em razão da concessão de aposentadorias e do aumento do número de servidores e ainda a concessão de aumentos salariais por tempo de serviço, mérito, titulação e qualificação. O Regime Previdenciário no exercício de 2014 passou a ser superavitário pois passou a contabilizar os repasses do custo suplementar de acordo com o plano de amortização do déficit atuarial.

2.5 DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2016

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)

RS 1,00

<i>RECEITAS REALIZADAS</i>	<i>2014 (a)</i>	<i>2013 (b)</i>	<i>2012 (c)</i>
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	252.998,53	163.366,36	7.948.341,44
Alienação de Bens Móveis	107.200,00	21.750,00	190.277,50
Alienação de Bens Imóveis	145.798,53	141.616,36	7.758.063,94

<i>DESPESAS EXECUTADAS</i>	<i>2014 (d)</i>	<i>2013 (e)</i>	<i>2012 (f)</i>
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	64.014,68	3.219.352,70	4.386.649,30
DESPESAS DE CAPITAL	64.014,68	3.219.352,70	4.386.649,30
Investimentos	64.014,68	3.219.352,70	4.386.649,30
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2014 <small>(g) = ((Ia - IIId) + IIIh)</small>	2013 <small>(h) = ((Ib - IIe) + IIIi)</small>	2012 <small>(i) = (Ic - IIIf)</small>
VALOR (III)	694.689,65	505.705,80	3.561.692,14

FONTE: Sistema de Contabilidade Pública (SCP550), Departamento de Controle Contábil e Financeiro, RREO da Lei de Responsabilidade Fiscal, Balancete por fonte de recursos, fontes 304, 501 e 506.

2.6 DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2016

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

RS 1,00

RECEITAS	2012	2013	2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.397.527,78	20.115.385,08	26.795.254,85
RECEITAS CORRENTES	20.397.527,78	20.115.385,08	26.795.254,85
Receita de Contribuições dos Segurados	7.977.523,57	8.638.185,20	9.851.071,70
Pessoal Civil	7.977.523,57	8.638.185,20	9.851.071,70
Pessoal Militar			
Outras receitas de contribuições			
Receita patrimonial	9.938.745,38	5.052.874,89	13.565.985,01
Receita de serviços			
Outras receitas correntes	2.481.258,83	6.424.324,99	3.378.198,14
Compensação previdenciária do RGPS para oRPPS	2.479.282,00	6.424.324,99	3.377.617,35
Demais receitas correntes	1.976,83		580,79
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de bens, direitos e ativos			
Amortização de empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	19.048.248,18	22.388.508,53	23.228.982,75
RECEITAS CORRENTES	19.048.248,18	22.388.508,53	23.228.982,75
Receita de Contribuições	19.048.248,18	22.388.508,53	23.228.982,75
Patronal	15.094.374,98	16.271.914,01	18.415.706,60
Pessoal Civil	15.094.374,98	16.271.914,01	18.415.706,60
Pessoal Militar			
Para cobertura de déficit atuarial	3.953.873,20	6.116.594,52	4.813.276,15
Em regime de débitos e parcelamentos			
Receita patrimonial			
Receita de serviços			
Outras receitas correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	39.445.775,96	42.503.893,61	50.024.237,60

<i>DESPESAS</i>	2012	2013	2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	17.461.649,87	21.295.632,38	25.094.225,05
ADMINISTRAÇÃO	10.339,40	13.707,98	792,40
Despesas Correntes	10.339,40	13.707,98	792,40
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA	17.451.310,47	21.281.924,40	25.093.432,65
Pessoal Civil	16.022.236,85	19.356.123,94	22.673.569,16
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias	1.429.073,62	1.925.800,46	2.419.863,49
Compensação Previdenciária RPPS e RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias	1.429.073,62	1.925.800,46	2.419.863,49
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas correntes			
Despesas de capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI)=(IV + V)	17.461.649,87	21.295.632,38	25.094.225,05

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI)	21.984.126,09	21.208.261,23	24.930.012,55
--	----------------------	----------------------	----------------------

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2012	2013	2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	3.953.873,20	6.116.594,52	4.813.276,15
Plano financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para cobertura de insuficiências financeiras			
Recursos para formação de reserva			
Outros aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário	3.953.873,20	6.116.594,52	4.813.276,15
Recursos para cobertura de déficit financeiro			
Recursos para cobertura de déficit atuarial	3.953.873,20	6.116.594,52	4.813.276,15
Outros aportes para RPPS			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	21.984.126,09	21.208.261,23	24.930.012,55
BENS E DIREITOS DO RPPS	91.511.609,75	110.991.955,16	135.664.629,94

FONTE: FONTE: Sistema de Contabilidade Pública (SSP550), Departamento de Controle Contábil e Financeiro, Anexo 10 e RREO da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.6 DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

**MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS**

2016

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)

RS 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2014	40.548.492,60	25.093.432,65	15.455.059,95	135.664.629,94
2015	29.236.462,94	26.297.098,07	2.939.364,87	138.603.994,81
2016	30.203.083,93	27.248.140,84	2.954.943,09	141.558.937,90
2017	30.296.613,16	29.800.862,69	495.750,47	142.054.688,37
2018	30.330.991,25	33.079.874,47	-2.748.883,22	139.305.805,15
2019	30.453.807,79	35.092.650,69	-4.638.842,90	134.666.962,25
2020	30.612.966,94	36.352.869,59	-5.739.902,65	128.927.059,60
2021	30.717.579,48	38.346.500,57	-7.628.921,09	121.298.138,51
2022	30.806.917,22	40.653.446,60	-9.846.529,38	111.451.609,13
2023	30.861.604,89	43.254.872,34	-12.393.267,45	99.058.341,68
2024	30.892.976,16	46.113.466,43	-15.220.490,27	83.837.851,41
2025	30.961.273,28	48.696.871,34	-17.735.598,06	66.102.253,35
2026	31.025.213,20	50.818.112,09	-19.792.898,89	46.309.354,46
2027	31.112.671,96	52.914.746,62	-21.802.074,66	24.507.279,80
2028	31.231.145,03	54.397.571,06	-23.166.426,03	1.340.853,77
2029	31.328.739,00	56.531.614,80	-25.202.875,80	-23.862.022,03
2030	31.383.562,67	59.132.714,30	-27.749.151,63	-51.611.173,66
2031	31.483.061,43	61.027.264,18	-29.544.202,75	-81.155.376,41
2032	31.498.929,89	64.482.311,80	-32.983.381,91	-114.138.758,32
2033	31.445.926,54	68.929.307,99	-37.483.381,45	-151.622.139,77
2034	31.554.828,91	70.559.369,02	-39.004.540,11	-190.626.679,88
2035	31.401.935,60	76.653.592,33	-45.251.656,73	-235.878.336,61
2036	31.403.094,95	79.951.253,98	-48.548.159,03	-284.426.495,64
2037	31.439.286,56	82.522.062,01	-51.082.775,45	-335.509.271,09
2038	31.496.250,32	84.463.603,37	-52.967.353,05	-388.476.624,14
2039	31.541.664,32	86.608.903,82	-55.067.239,50	-443.543.863,64
2040	31.558.904,85	88.866.097,64	-57.307.192,79	-500.851.056,43
2041	31.516.183,62	92.277.366,12	-60.761.182,50	-561.612.238,93
2042	31.497.680,17	94.915.224,90	-63.417.544,73	-625.029.783,66
2043	31.488.891,54	97.141.814,32	-65.652.922,78	-690.682.706,44
2044	31.490.543,49	99.118.174,48	-67.627.630,99	-758.310.337,43
2045	31.486.626,11	100.736.470,55	-69.249.844,44	-827.560.181,87
2046	31.487.923,33	102.208.274,78	-70.720.351,45	-898.280.533,32
2047	31.535.389,84	104.064.534,45	-72.529.144,61	-970.809.677,93
2048	31.493.479,10	105.424.414,16	-73.930.935,06	-1.044.740.612,99
2049	31.560.781,76	107.135.211,66	-75.574.429,90	-1.120.315.042,89
2050	31.525.405,34	108.215.982,73	-76.690.577,39	-1.197.005.620,28
2051	31.537.587,55	109.423.899,50	-77.886.311,95	-1.274.891.932,23
2052	31.567.423,74	111.003.999,09	-79.436.575,35	-1.354.328.507,58
2053	31.542.220,01	112.752.564,79	-81.210.344,78	-1.435.538.852,36

2054	31.499.598,60	113.519.179,99	-82.019.581,39	-1.517.558.433,75
2055	31.511.049,61	115.088.289,26	-83.577.239,65	-1.601.135.673,40
2056	31.449.807,30	115.373.051,03	-83.923.243,73	-1.685.058.917,13
2057	31.475.709,55	115.721.431,50	-84.245.721,95	-1.769.304.639,08
2058	31.479.800,09	115.579.575,84	-84.099.775,75	-1.853.404.414,83
2059	31.516.371,03	115.642.985,44	-84.126.614,41	-1.937.531.029,24
2060	31.522.630,49	115.452.018,16	-83.929.387,67	-2.021.460.416,91
2061	31.543.151,13	114.758.204,34	-83.215.053,21	-2.104.675.470,12
2062	31.590.692,81	113.943.298,35	-82.352.605,54	-2.187.028.075,66
2063	31.645.822,74	113.330.212,33	-81.684.389,59	-2.268.712.465,25
2064	31.679.718,87	112.708.430,77	-81.028.711,90	-2.349.741.177,15
2065	31.708.864,50	112.262.262,21	-80.553.397,71	-2.430.294.574,86
2066	31.709.976,78	111.556.146,86	-79.846.170,08	-2.510.140.744,94
2067	31.733.115,76	110.953.802,89	-79.220.687,13	-2.589.361.432,07
2068	31.745.285,88	110.441.611,68	-78.696.325,80	-2.668.057.757,87
2069	31.748.256,87	110.189.790,49	-78.441.533,62	-2.746.499.291,49
2070	31.722.590,45	109.980.910,52	-78.258.320,07	-2.824.757.611,56
2071	31.700.397,68	109.939.667,02	-78.239.269,34	-2.902.996.880,90
2072	31.654.386,22	109.534.686,09	-77.880.299,87	-2.980.877.180,77
2073	31.646.205,07	109.606.092,55	-77.959.887,48	-3.058.837.068,25
2074	31.599.354,76	109.693.124,66	-78.093.769,90	-3.136.930.838,15
2075	31.552.116,31	108.832.697,06	-77.280.580,75	-3.214.211.418,90
2076	31.571.519,22	108.912.713,27	-77.341.194,05	-3.291.552.612,95
2077	31.518.551,80	108.376.596,61	-76.858.044,81	-3.368.410.657,76
2078	31.503.555,77	107.624.626,03	-76.121.070,26	-3.444.531.728,02
2079	31.511.649,43	107.069.829,36	-75.558.179,93	-3.520.089.907,95
2080	31.499.278,73	106.018.700,04	-74.519.421,31	-3.594.609.329,26
2081	31.525.892,31	105.170.270,32	-73.644.378,01	-3.668.253.707,27
2082	31.540.106,28	104.613.918,64	-73.073.812,36	-3.741.327.519,63
2083	31.536.110,38	104.155.839,59	-72.619.729,21	-3.813.947.248,84
2084	31.518.380,09	103.468.363,98	-71.949.983,89	-3.885.897.232,73
2085	31.527.697,43	102.901.128,96	-71.373.431,53	-3.957.270.664,26
2086	31.535.177,07	102.671.513,39	-71.136.336,32	-4.028.407.000,58
2087	31.513.196,64	101.939.243,56	-70.426.046,92	-4.098.833.047,50
2088	31.539.821,16	101.554.804,13	-70.014.982,97	-4.168.848.030,47
2089	31.552.403,80	101.796.849,81	-70.244.446,01	-4.239.092.476,48

FONTE: Cálculo Atuarial data base dezembro de 2014 realizado pela Caixa Econômica Federal.

2.7 DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2016

AMF – Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2016	2017	2018	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	Isenção	Pessoas físicas: Projeto de visando ampliar a renda familiar de 2 salários mínimos nacionais para 3 salários mínimos nacional aumentando a abrangência do benefícios de isenção do IPTU para contribuintes, proprietário ou possuidor de um único imóvel, com valor venal não superior a 1.715 URIs (mil setecentas e quinze Unidades de Referência de Toledo), no qual resida, mesmo abrangendo edificações de terceiros em situação de fato ou em condomínio, mediante declaração do proprietário ter, como também, possuir padrão de vida compatível com a renda, constatada mediante estudo socioeconômico realizado por assistente social. O ante projeto prevê também a aplicação de 3 para 4 salários mínimos quando o contribuinte comprovar que o rendimento familiar mensal per capita é de até meio salário mínimo vigente no País, desde que atendidos os demais requisitos previstos para a concessão da isenção.	150.000,00	150.000,00	150.000,00	Atualização cadastral do banco de dados dos imóveis urbanos nos setores 405, 420 435, 705, 710, 715 e 730 com lançamentos, através de foto via satélite, das construções irregulares. Esta ação, incrementará a receita do IPTU para o exercício de referência e para os dois exercícios seguintes em torno de R\$ 100.000,00 anual por setor, perfazendo um total de mais ou menos R\$ 700.000,00 para cada exercício de referência.
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Outros Benefícios (§1º, Art. 14, Lei Complementar nº 101/2000)	Pessoas físicas e jurídicas: a proposta consistirá na aplicação de um percentual do ISSQN devido pelas empresas diretamente em projetos de natureza artístico / cultural previamente aprovados pelo Conselho Municipal de Política Cultural. O percentual do imposto que poderá ser aplicado naqueles projetos será definido na lei que instituir o programa. A operacionalização do programa e as formas de fiscalização também serão definidas na lei que instituir.	115.000,00	115.000,00	115.000,00	Reajuste dos preços públicos cobrados na locação dos espaços públicos, tais como centros culturais, centros de eventos e demais locais onde são cobrados pela utilização por instituições privadas, no valor ano de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais).
TOTAL			115.000,00	115.000,00	115.000,00	(10/11)

2.8 DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2016

AMF – Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

RS 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2016
Aumento Permanente da Receita	5.500.000,00
(-) Transferências constitucionais	1.500.000,00
(-) Transferências ao FUNDEB	700.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	3.300.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	3.300.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	2.247.000,00
Novas DOCC	2.247.000,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	1.053.000,00

FONTE: Anexo VII da Metodologia e Memória de Cálculo da LDO 2016.

OBS.:

- a) No Anexo VII estão demonstrados a metodologia de cálculo dos valores previstos neste demonstrativo;
- b) A receita que compõem o valor do aumento permanente da arrecadaçãoa foi o IPTU, ISSQN que não integra da receita do FUNDEB;
- c) A receita do ICMS compõem o valor do aumento permanente da arrecadação referente ao FUNDEB;
- d) Os valores das transferências constitucionais referem-se a 25% de gastos com educação e 15% com saúde;
- e) Não há previsão de despesas obrigatórias de caráter continuado geradas por parcerias público-privadas.

**ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO**

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2016

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	400.000,00		400.000,00
Possíveis condenações em ações judiciais em tramitação em razão da cobrança de contribuição de melhorias na modalidade de Urbanização, Reurbanização e Recapeamento asfáltico, tendo em vista, decisões precedentes dos tribunais, fundamentadas principalmente na ausência de Lei específica de cada obra.	400.000,00	Abertura de crédito suplementar a partir do excesso de arrecadação, se ocorrer; Abertura de crédito suplementar a partir do remanejamento da Reserva de contingência; Abertura de crédito suplementar a partir do cancelamento de outras despesas. Atualização cadastral do banco de dados dos imóveis urbanos nos setores 405, 420 435, 705, 710, 715 e 730 com lançamentos, através de foto via satélite, das construções irregulares. Esta ação, incrementará a receita do IPTU para o exercício de referência e para os dois exercícios seguintes em torno de R\$ 100.000,00 anual por setor, perfazendo um total de mais ou menos R\$ 700.000,00 para cada exercício de referência.	400.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	400.000,00	SUBTOTAL	400.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS E PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	400.000,00	TOTAL	400.000,00

FONTE: Assessoria Jurídica/ Secretaria da Fazenda

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

ANEXO I

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA (CONSOLIDADO)

Receita Tributária (1100.00.00)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2003	R\$ 13.094.771,21	
2004	R\$ 15.013.195,72	14,65
2005	R\$ 17.093.011,03	13,85
2006	R\$ 20.477.781,59	19,80
2007	R\$ 22.393.367,81	9,35
2008	R\$ 26.856.089,21	19,93
2009	R\$ 28.328.070,04	5,48
2010	R\$ 36.540.077,79	28,99
2011	R\$ 42.486.296,39	16,27
2012	R\$ 49.329.343,54	16,11
2013	R\$ 57.313.729,06	16,19
2014	R\$ 69.394.709,41	21,08
2015	R\$ 92.602.952,41	33,44
2016	R\$ 96.494.002,24	4,20
2017	R\$ 106.613.967,67	10,49
2018	R\$ 116.120.650,60	8,92

OBS.:

a) Conforme o demonstrativo, a receita tributária vinha tendo até 2005 aumento anual em torno de 14%. Em 2006, a receita cresceu 19,80% devido ao aumento da arrecadação do IPTU em razão da reavaliação da planta genérica de valores. Em 2007 houve uma pequena queda na arrecadação desta receita, em razão da cobrança da receita de Contribuição de Melhoria estar sendo feita de maneira diferenciada. Para execução de pavimentação asfáltica, a administração municipal está utilizando o sistema de parceria com os proprietários dos imóveis, onde estes pagam antecipadamente à autarquia municipal a parte devida para, somente depois de determinada quantia ter sido paga, executar a obra.

b) Em 2008 o crescimento de 19,93% se deu em virtude do aumento da arrecadação do ISSQN, ITBI e do IRRF que cresceram muito acima da média, entre 23% a 35%. Em 2009 o crescimento da receita tributária não foi na mesma proporção de 2008 devido à crise econômica mundial que teve início no final de 2008 e cujos reflexos foram sentidos de forma mais impactante em 2009.

c) Para 2010, o crescimento da receita tributária foi de 28,99% em razão da reavaliação dos valores venais dos imóveis prediais e territoriais. O valor venal é a base cálculo do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, principal componente das receitas tributárias. Contribuíram também para este crescimento o IRRF, ISS E ITBI que cresceram entre 20% a 47%. Em 2011 a receita tributária cresceu 16,27% mantendo a média ocorrida desde 2003.

d) Em 2012 e 2013 o crescimento da receita tributária também foi expressivo, cerca de 16%, mantendo a média desde 2003. Em 2014 o crescimento da receita tributária foi expressivo, havendo acréscimo de 21,08%

e) Diante deste cenário a expectativa é de que continue ocorrendo aumentos expressivos na arrecadação da receita tributária para o exercício de 2015. Contudo, para 2016 a 2018 estima-se que não haverá o mesmo crescimento face a atual conjuntura econômica onde ajustes fiscais federais estão sendo efetivados, o que impactará a médio prazo na economia do município e na arrecadação da receita tributária.

Receita de Contribuições (1200.00.00)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2003	R\$ 7.573.873,77	
2004	R\$ 9.693.200,04	27,98
2005	R\$ 7.557.281,07	-22,04
2006	R\$ 8.056.472,25	6,61
2007	R\$ 14.514.957,50	80,17
2008	R\$ 17.753.031,57	22,31
2009	R\$ 20.611.583,89	16,10
2010	R\$ 24.243.129,01	17,62
2011	R\$ 30.028.494,05	23,86

2012	R\$ 37.808.645,43	25,91
2013	R\$ 47.326.614,70	25,17
2014	R\$ 51.997.263,64	9,87
2015	R\$ 60.780.235,21	16,89
2016	R\$ 77.343.617,27	27,25
2017	R\$ 85.109.873,25	10,04
2018	R\$ 94.530.666,79	11,07

OBS.:

a) Em 2004 a arrecadação da Receita de Contribuições Sociais foi alta em razão do recebimento de valores do INSS, referente a compensação previdenciária que respondeu por 40% do valor total arrecadado. Este fato foi atípico e originou-se de valores que não haviam sido repassados de anos anteriores. Em 2005 e 2006 os valores recebidos da compensação previdenciária baixaram cerca de 50%. Para os anos de 2007 e 2008 o equilíbrio foi restabelecido devido a contabilização da cobrança do RPPS em forma de receita intra-orçamentária.

b) Considerando que a Receita de Contribuição engloba a contribuição social e a econômica e estas possuem parâmetros de arrecadação diferentes, está se adotando critérios de projeção diferenciados para cada uma delas para aplicação nos exercícios de 2014 a 2018.

c) Dentre as receitas de contribuições econômicas a de maior relevância é a Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública. Esta receita teve um crescimento de 1,29%, 4,38% e 4% entre os anos de 2003 a 2006. No exercício de 2007 esta receita cresceu muito acima da média, 19,10%, em razão do aumento do volume de investimentos realizados no setor de iluminação pública, de 2008 a 2014 o crescimento ficou na média de 20%. A partir da continuidade da premissa em investimentos em iluminação pública devido a vinculação desta receita com despesas de mesmo tipo, estima-se que para 2015 a 2018 a receita crescerá em torno de 16%, considerando a média de crescimento ocorrida de 2005 a 2013, bem como pelo aumento dos locais com o serviço de iluminação pública.

d) A elevação da arrecadação da Receita de Contribuições em 2007 deveu-se em razão de alteração da forma de contabilização da contribuição patronal, receita pertencente ao Fundo de Previdência. Anteriormente esta despesa não era empenhada no orçamento do Município e também não era contabilizada como receita do fundo de previdência. Procedia-se somente a inclusão como reserva orçamentária no Fundo de Previdência, para manutenção do equilíbrio entre receita e despesa nos orçamentos consolidados. No orçamento da administração direta até o ano de 2006 o valor da contribuição patronal era identificado como interferência financeira. A partir de 2007 a contribuição patronal referente ao fundo de previdência passou a ser despesa intraorçamentária para a administração direta e receita intraorçamentária para o fundo de previdência municipal. O mesmo fato ocorreu com a contribuição patronal da CAST, que a partir de 2013 passa a ser empenhada como despesa intraorçamentária, em razão disso a receita também é contabilizada como receita intraorçamentária na entidade CAST, havendo aumento substancial na arrecadação da receita de contribuições em 2013.

e) A partir de 2014 a projeção de receita foi elaborada considerando que não haverá alterações de ordem técnica como as que ocorreram em 2007 e 2013 com as contribuições para o Fundo de Previdência e para a CAST. Assim sendo, a estimativa é de crescimento em cerca de 16%, em média, de 2015 a 2018.

Receita Patrimonial (1300.00.00)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2003	R\$ 1.059.424,35	
2004	R\$ 1.115.684,44	5,31
2005	R\$ 2.902.305,96	160,14
2006	R\$ 3.117.871,16	7,43
2007	R\$ 3.162.658,35	1,44
2008	R\$ 4.898.995,48	54,90
2009	R\$ 5.514.180,81	12,56
2010	R\$ 7.230.224,63	31,12
2011	R\$ 11.141.994,58	54,10
2012	R\$ 12.995.365,57	16,63
2013	R\$ 9.474.913,08	-27,09
2014	R\$ 19.882.224,88	109,84
2015	R\$ 8.308.315,36	-58,21
2016	R\$ 16.561.770,67	99,34
2017	R\$ 18.261.039,99	10,26
2018	R\$ 19.830.546,15	8,59

OBS.:

a) O exercício de 2005 foi um ano atípico com relação à receita patrimonial. A elevada arrecadação foi fruto de atrasos nos processos de licitação e por consequência na realização das despesas. Com isto as receitas foram aplicadas no mercado financeiro, aumentando sensivelmente a receita patrimonial se comparado ao exercício anterior.

b) De 2005 para 2006 o valor da receita patrimonial teve um crescimento bem abaixo do período anterior. Isto ocorreu devido a fatos opostos aos ocorridos em 2005.

c) Em 2008 e 2011 o expressivo valor arrecadado na Receita Patrimonial deveu-se em razão da receita deste exercício ter sido subestimada na projeção, e o orçamento não pode ser suplementado, consequentemente os recursos não puderam ser utilizados durante o exercício, ficando aplicados no mercado financeiro.

d) Em 2014, o crescimento da receita patrimonial aumentou substancialmente em razão da aplicação no mercado financeiro dos recursos do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Toledo, cujo valor da receita patrimonial corresponde a 68% da arrecadação deste exercício. Houve, por parte dos gestores do fundo, correto gerenciamento destes recursos propiciando maior rentabilidade aos recursos em caixa.

e) Para 2015 a projeção da receita de contribuições não foi na mesma proporção, ficando inclusive abaixo da arrecadação de 2013. Para 2016 a 2018 está se corrigindo a projeção da receita, com valores próximos aos arrecadados em anos anteriores, em patamares medianos, sem superestimar valores.

Cota-Parte Fundo Particip. Municípios - FPM (1721.01.02)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2003	R\$ 10.752.154,31	
2004	R\$ 13.717.009,39	27,57
2005	R\$ 16.481.584,53	20,15
2006	R\$ 18.200.433,01	10,43
2007	R\$ 21.561.045,02	18,46
2008	R\$ 23.819.802,45	10,48
2009	R\$ 23.812.658,69	-0,03
2010	R\$ 27.168.805,64	14,09
2011	R\$ 33.313.328,14	22,62
2012	R\$ 34.331.463,05	3,06
2013	R\$ 36.896.141,10	7,47
2014	R\$ 39.626.281,04	7,40
2015	R\$ 50.600.000,00	27,69
2016	R\$ 60.484.290,00	19,53
2017	R\$ 66.532.720,00	10,00
2018	R\$ 73.185.992,00	10,00

OBS.:

a) De 2003 a 2005 a receita do FPM teve um crescimento inesperado, onde a arrecadação obteve um crescimento de 27% e 20%.

b) Em 2006 a arrecadação do FPM estabilizou, ficando em 10% o crescimento em relação ao exercício anterior.

c) Em 2007 a arrecadação cresceu em mais de 18% devido a repartição feita pelo Governo Federal de 1% a todos municípios o Brasil. Voltando, em 2008, aos mesmos patamares crescimento de 2006.

d) Em 2009 houve acentuada queda na arrecadação do FPM em virtude da crise econômica mundial.

e) Em 2010 a receita arrecadada foi acima da média em razão do Município ter sido enquadrado em nova faixa da tabela de repasses do FPM, o que possibilitou aumento expressivo da arrecadação.

f) De 2012 a 2014 o crescimento foi em torno de 7%, muito abaixo do ocorrido em 2011. Apesar disto, considerando a série histórica apresentada desde 2003, optou-se por projetar a arrecadação de 2015 a 2018 em patamares médios de 16%, com elevação de projeção em 2015 e 2016, e diminuição a partir de 2017 considerando a possibilidade de reenquadramento do município na tabela de repasse do FPM.

Transferência de Recursos do SUS (1721.33.00)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2003	R\$ 1.664.264,70	
2004	R\$ 1.921.971,30	15,48
2005	R\$ 1.751.019,56	-8,89
2006	R\$ 2.156.584,55	23,16
2007	R\$ 2.228.902,15	3,35
2008	R\$ 2.655.182,47	19,13
2009	R\$ 3.749.438,48	41,21
2010	R\$ 4.152.822,49	10,76
2011	R\$ 4.761.042,91	14,65
2012	R\$ 6.178.134,97	29,76

2013	R\$ 7.511.789,63	21,59
2014	R\$ 8.323.747,08	10,81
2015	R\$ 14.129.712,67	69,75
2016	R\$ 14.830.597,24	4,96
2017	R\$ 17.424.019,49	17,49
2018	R\$ 19.816.453,15	13,73

OBS.:

a) A arrecadação das receitas de Transferências do SUS é muito variável e depende exclusivamente das ações do Governo Federal. A inconstância dos valores repassados pode ser observada nas transferências efetuadas entre 2003 a 2010 que variaram entre -8,89% a 41,21%.

b) Nos exercícios de 2011 a 2013 o crescimento da receita foi de 14,65% e 29,76%, reduzindo para 10,81% em 2014, denotando novamente a inconstância nos valores repassados.

c) Para o exercício 2015 está se prevendo crescimento expressivo desta receita em razão da possibilidade de recebimento de recursos federais para manutenção da Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Para 2016 e 2018 a projeção é de crescimento médio de 12%, sem a inclusão de novos convênios ou programas.

Cota-Parte do ICMS (1722.01.01)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2003	R\$ 20.762.809,96	
2004	R\$ 24.363.682,84	17,34
2005	R\$ 28.732.814,63	17,93
2006	R\$ 29.283.143,81	1,92
2007	R\$ 31.612.640,35	7,96
2008	R\$ 38.356.402,87	21,33
2009	R\$ 39.429.554,83	2,80
2010	R\$ 46.696.912,28	18,43
2011	R\$ 55.415.189,81	18,67
2012	R\$ 59.369.968,39	7,14
2013	R\$ 65.631.017,07	10,55
2014	R\$ 73.129.916,12	11,43
2015	R\$ 85.800.000,00	17,33
2016	R\$ 104.596.490,00	21,91
2017	R\$ 115.056.150,00	10,00
2018	R\$ 126.561.765,00	10,00

OBS.:

a) Os valores informados são brutos, sem a dedução dos percentuais relativos à composição do FUNDEF/FUNDEB.

b) A arrecadação do ICMS do Município cresceu em média, de 2003 a 2005, 17%. Para 2006 a previsão era de que esta média não se manteria, mas ainda era esperado que o crescimento fosse em torno de 10%. Contudo, esta expectativa também não foi alcançada devido a quebra da safra por problemas climáticos e pela proliferação de doenças, como a febre aftosa, que atacaram o rebanho bovino em 2005. O reflexo destes problemas foram sentidos no ano de 2006 com a queda da arrecadação do ICMS.

c) No ano de 2007 a arrecadação do ICMS voltou a crescer, mas ficou abaixo dos índices de anos anteriores. Já no exercício de 2008 a arrecadação superou todos os índices de anos anteriores chegando a atingir 21,33%.

d) Os piores reflexos da crise mundial de 2008 foram sentidos na arrecadação do ICMS no ano de 2009. Houve queda na arrecadação em aproximadamente 19%, refletindo negativamente nas contas municipais, tendo sido necessária a reprogramação das despesas.

e) Passados os efeitos da crise econômica de 2009, em 2010 a arrecadação do ICMS cresceu em 18,43%. Em 2011 o crescimento ficou acima da expectativa, ultrapassando em mais de 18% a arrecadação de 2010.

f) Contrariando as expectativas a arrecadação de 2012 não ocorreu nos mesmos patamares de 2010 e 2011, havendo crescimento de somente 7%. Voltando a patamares normais em 2013 e 2014 com crescimento em torno de 10%.

g) Para 2015 e 2016 a expectativa é da retomada do crescimento acima de 17%, considerando a série histórica desde 2003 e os esforços da política fazendária municipal e estadual de incremento na receita através de campanhas para emissão de notas fiscais, estabilizando o crescimento em 10% para os exercícios de 2017 a 2018.

Cota-Parte do IPVA (1722.01.02)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2003	R\$ 2.651.183,71	

2004	R\$ 3.129.398,33	18,04
2005	R\$ 3.680.630,80	17,61
2006	R\$ 4.394.132,13	19,39
2007	R\$ 5.570.401,49	26,77
2008	R\$ 6.757.789,84	21,32
2009	R\$ 8.223.523,00	21,69
2010	R\$ 8.951.973,01	8,86
2011	R\$ 10.134.969,87	13,21
2012	R\$ 11.534.038,29	13,80
2013	R\$ 12.944.255,67	12,23
2014	R\$ 14.754.823,08	13,99
2015	R\$ 15.400.000,00	4,37
2016	R\$ 20.320.380,00	31,95
2017	R\$ 22.352.410,00	10,00
2018	R\$ 24.587.651,00	10,00

OBS.:

a) De 2003 a 2009 a arrecadação do IPVA cresceu, em média, mais de 20%. Tendo havido em 2007 um crescimento muito superior a esta média.

b) A arrecadação durante o exercício de 2010 foi baixa em razão da crise econômica mundial de 2009. No entanto a receita do IPVA foi a única dentre as receitas de impostos que não teve queda na arrecadação em 2009, os reflexos da crise foram sentidos em 2010, com a diminuição do crescimento comparativamente aos exercícios anteriores.

c) Em 2011 e 2014 a arrecadação da receita do IPVA cresceu cerca de 13%, superando a expectativa. A projeção para 2015 foi baixa em relação a arrecadação de 2014, em razão da mesma ter sido feita baseada na perspectiva do primeiro semestre de 2014. Contudo já é possível observar que a arrecadação de 2015 será superada devido ao aumento do valor do IPVA por parte do Governo Estadual, aumentando consequentemente o valor repassado aos municípios.

d) Diante desta nova perspectiva de arrecadação em 2015, está se projetando para 2016 valor acima da série histórica apresentada desde 2003 e para 2017 e 2018 crescimento de 10%.

Cota-Parte do IPI Exportação (1722.01.04)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2003	R\$ 610.473,08	
2004	R\$ 745.332,10	22,09
2005	R\$ 878.287,65	17,84
2006	R\$ 945.639,55	7,67
2007	R\$ 995.420,21	5,26
2008	R\$ 1.066.848,50	7,18
2009	R\$ 903.896,46	-15,27
2010	R\$ 1.073.218,93	18,73
2011	R\$ 1.241.934,24	15,72
2012	R\$ 1.045.748,01	-15,80
2013	R\$ 1.055.384,06	0,92
2014	R\$ 1.202.256,58	13,92
2015	R\$ 1.389.105,40	15,54
2016	R\$ 1.842.380,00	32,63
2017	R\$ 2.026.610,00	10,00
2018	R\$ 2.229.271,00	10,00

OBS.:

a) A arrecadação desta receita teve um aumento acima da expectativa nos exercícios de 2004 e 2005, estabilizando o crescimento em 6% nos anos e 2006 a 2008.

b) Em 2009 houve acentuada queda desta receita, cerca de 15%, em razão de incentivos concedidos pelo Governo Federal às indústrias automobilísticas e de eletrodomésticos, através da diminuição da alíquota do IPI, provocando dura queda na arrecadação desta receita para os municípios.

c) A arrecadação dos exercícios de 2010 e 2011 elevou os percentuais de crescimento comparativamente aos valores arrecadados em 2009.

d) As arrecadações de 2012 e 2013 ficaram bem abaixo do esperado em virtude da política federal de incentivo às indústrias automotivas e eletrodomésticos através da isenção do IPI. Desta forma os valores arrecadados nestes exercícios ficaram abaixo do exercício de 2011.

e) A arrecadação de 2014 aumentou em 13,92% proporcionando novas perspectivas para a arrecadação de 2015 e 2016 estimadas em 15,54% e 32,63% respectivamente. A partir dos aumentos ocorridos de 2015 e 2016, estima-se que em 2017 e 2018 o crescimento se estabilizará em torno de 10%.

Transferências de Recursos do FUNDEB (1724.00.00)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2003	R\$ 7.159.889,43	
2004	R\$ 8.180.031,78	14,25
2005	R\$ 9.278.991,33	13,43
2006	R\$ 10.181.830,35	9,73
2007	R\$ 11.911.266,67	16,99
2008	R\$ 15.998.124,39	34,31
2009	R\$ 19.239.089,72	20,26
2010	R\$ 21.437.160,10	11,43
2011	R\$ 24.917.441,41	16,23
2012	R\$ 31.443.845,49	26,19
2013	R\$ 35.722.809,86	13,61
2014	R\$ 37.250.052,41	4,28
2015	R\$ 42.297.137,41	13,55
2016	R\$ 49.832.702,40	17,82
2017	R\$ 54.832.994,40	10,03
2018	R\$ 56.152.994,40	2,41

OBS.:

a) Até o ano de 2005 a arrecadação desta receita cresceu em média 13%, seguindo a arrecadação do ICMS e FPM, tendo havido a mesma queda do ICMS no ano de 2006 em razão de possuir vinculação com esta receita.

b) Para 2007 o aumento expressivo ocorreu em razão da alteração da legislação do FUNDEF para FUNDEB, que incluiu novas receitas no cômputo das receitas do FUNDEB.

c) Para 2008 a arrecadação ficou acima da média em razão da alteração da legislação do FUNDEF para FUNDEB, que prevê vinculação com as receitas de impostos para 18% neste exercício.

d) Em 2009 embora a alíquota do FUNDEB tenha sido elevada para 20% não houve o aumento esperado. Resultado este fruto da queda na arrecadação do ICMS e FPM receitas que dão origem a arrecadação do FUNDEB.

e) Em 2010 e 2011 a arrecadação acompanhou o crescimento das receitas que compõem o FUNDEB. Elevando para 16% o crescimento em 2011.

f) Em 2012 e 2013 a receita cresceu expressivamente em razão da complementação dos recursos do FUNDEB recebidos do Governo Federal. Esta complementação se deu em razão dos bons índices educacionais do Município. O mesmo não ocorreu em 2014, onde os recursos da complementação não foram repassados no mesmo patamar de 2013, acrescendo esta receita somente em 4,28%.

g) Considerando a série histórica apresentada desde 2003 está se projetando para 2015 a 2018 crescimento médio de 10,95%, não sendo computados os valores expressivos arrecadados em 2012, pois foram fatos atípicos para os quais não há instrumentos de mensuração.

Outras Receitas Correntes (1900.00.00)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2003	R\$ 5.056.335,06	
2004	R\$ 3.723.688,46	-26,36
2005	R\$ 4.423.154,14	18,78
2006	R\$ 5.169.810,09	16,88
2007	R\$ 7.578.837,96	46,60
2008	R\$ 8.856.539,70	16,86
2009	R\$ 9.480.397,41	7,04
2010	R\$ 14.374.990,97	51,63
2011	R\$ 13.878.848,45	-3,45
2012	R\$ 16.598.478,14	19,60
2013	R\$ 20.355.279,22	22,63
2014	R\$ 16.332.086,25	-19,76
2015	R\$ 18.462.641,51	13,05
2016	R\$ 29.708.263,97	60,91
2017	R\$ 36.746.363,30	23,69
2018	R\$ 38.042.208,88	3,53

OBS.:

a) Esta receita teve uma arrecadação significativa de 2006 para 2007 em virtude da intensificação da cobrança da dívida ativa dos tributos, que é feita anualmente pela administração municipal.

b) A arrecadação de 16% em 2008 deu-se devido a continuidade da atuação sobre a cobrança da dívida ativa, além da inclusão nesta receita a compensação entre o INSS e o FAPES referente a aposentadorias que em anos anteriores estava sendo feita em outras contas de receita.

c) Esta receita tem como principal arrecadadora a receita da dívida ativa de impostos, taxas e contribuições. Com a intensificação da cobrança das receitas de dívida ativa iniciadas em 2005 esta arrecadação se elevou a patamares excelentes até o ano de 2008. Contudo os reflexos da crise econômica mundial afetaram também esta arrecadação, havendo em 2009 queda de aproximadamente 10%.

d) O aumento da arrecadação em 2010 se deu em razão das compensações financeiras do FAPES. Como se trata se arrecadação que depende da aposentadoria dos servidores pode ocorrer grande variação na arrecadação de um exercício para outro.

e) Em 2011 a arrecadação desta receita ficou abaixo do arrecadado em 2010 devido a pouca compensação financeira entre o regime de CLT/INSS e o fundo de previdência. Em 2012 e 2013 a arrecadação desta receita voltou a crescer aumentando 19% em relação ao arrecadado 2011.

f) Para 2015 a 2018 a projeção a receita é de aumento médio de 25%, considerando a intensificação dos trabalhos dos técnicos da Secretaria Municipal da Fazenda para a cobrança dos tributos inscritos em dívida ativa.

Operações de Crédito (2100.00.00)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2003	R\$ 2.001.851,05	
2004	R\$ 1.184.370,30	-40,84
2005	R\$ 996.095,29	-15,90
2006	R\$ 4.742.020,60	376,06
2007	R\$ 2.753.120,53	-41,94
2008	R\$ 3.032.620,46	10,15
2009	R\$ 7.685.281,35	153,42
2010	R\$ 11.132.059,04	44,85
2011	R\$ 3.939.519,81	-64,61
2012	R\$ 5.300.548,20	34,55
2013	R\$ 8.125.408,24	53,29
2014	R\$ 1.790.971,51	-77,96
2015	R\$ 25.234.901,53	1309,01
2016	R\$ 25.234.901,53	0,00
2017	R\$ 11.000.000,00	-56,41
2018	R\$ 12.000.000,00	9,09

OBS.:

a) Em 2009 e 2010 houve um substancial aumento nesta receita, em razão da liberação de recurso de operação de crédito externa junto ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e contratação de operação de crédito junto à Agência de Fomento do Paraná, no Programa Paraná Urbano para obras diversas no município, além de aquisição de equipamentos.

b) Para 2011 as operações de crédito contratadas referem-se à finalização dos financiamentos junto ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e aos contratos do ano de 2010 com a Agência de Fomento do Paraná.

c) Em 2012 a receita de operação de crédito foi referente à aquisição de equipamentos rodoviários através da Agência de Fomento do Paraná, relativo ao Programa PARANÁ URBANO e de obras de pavimentação urbana com recursos do programa PAC 2 do Governo Federal.

d) Em 2013 o aumento expressivo se deu em razão do início do contrato com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para execução de programas ambientais. Em 2014 não houve liberação de recursos da Agência Francesa de Desenvolvimento em razão de ainda haver saldo de 2013, acarretando na diminuição desta receita comparativamente aos exercícios anteriores.

d) Para 2015 a 2018 além da continuidade do contrato com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para execução de programas ambientais, estão previstas novas operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal, relativo ao programa PAC 2, e com a Agência de Fomento do Paraná.

NOTA EXPLICATIVA :

1) Os valores apresentados são consolidados, tendo sido incluídas as receitas da administração direta (Município), fundacional (FUNTEC), autárquica (CAST) e de fundos especiais (Fundo de Trânsito, TOLEDOPREV e FUNREBOM).

2) Os valores de 2003 a 2014 são de receitas efetivamente arrecadadas, de 2015 são as previstas no orçamento e de 2016 a 2018 são previsão de arrecadação considerando o cenário econômico atual.

ANEXO II

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PRINCIPAIS DESPESAS (CONSOLIDADA)

Pessoal e Encargos Sociais (3100.00.00)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2003	R\$ 34.339.589,05	
2004	R\$ 32.653.066,63	-4,91
2005	R\$ 36.506.828,22	11,80
2006	R\$ 41.922.779,48	14,84
2007	R\$ 52.535.893,20	25,32
2008	R\$ 59.851.843,33	13,93
2009	R\$ 70.033.370,66	17,01
2010	R\$ 78.089.259,85	11,50
2011	R\$ 91.463.332,25	17,13
2012	R\$ 114.445.600,39	25,13
2013	R\$ 144.860.393,57	26,58
2014	R\$ 171.222.080,87	18,20
2015	R\$ 202.088.954,52	18,03
2016	R\$ 225.730.284,63	11,70
2017	R\$ 249.992.544,12	10,75
2018	R\$ 276.954.246,38	10,79

OBS.:

a) De 2005 a 2006 as despesas com pessoal e encargos sociais tiveram aumento acima da média, em razão da inclusão de abono salarial para os servidores efetivos e a contratação de médicos, enfermeiras, professores, guardas municipais, agentes de trânsito, assistentes administrativos, etc. para suprir demanda de atendimentos na área de saúde, para o funcionamento de novas escolas e ainda em razão da municipalização dos serviços de trânsito.

b) Em 2007 também ocorreu expressivo aumento nos gastos com pessoal e encargos em razão da necessidade de contratação de servidores para o quadro administrativo e ainda a contratação de professores em substituição a estagiários para as escolas municipais, por determinação do Ministério Público.

c) Em 2008 o crescimento desta despesa atingiu 13% em virtude de novos reajustes concedidos aos servidores, bem como pela contratação de servidores efetivos em substituição aos comissionados.

d) Para o exercício de 2009, o crescimento dessa despesa foi de 17% em razão da necessidade de contratação de servidores para o quadro administrativo e ainda a contratação de professores e assistentes de desenvolvimento social para escolas e creches novas.

e) Para 2010 o crescimento das despesas com pessoal e encargos diminuiu para 11,50% em razão do índice de despesa com pessoal estar próximo do limite constitucional. Desta forma o abono salarial (vale alimentação) concedido em anos anteriores não foi efetivado em 2010.

f) Em 2011 o aumento de 17,13% foi devido a necessidade de contratação de novos servidores para as áreas de educação (creches e escolas), da saúde (médicos e agentes de endemias e de saúde), e para a manutenção dos próprios públicos (auxiliares de serviços gerais e manutenção).

g) Em 2012 as despesas com pessoal aumentaram em razão da concessão do abono salarial aos servidores e pela contratação de novos servidores para as mais diversas áreas da administração.

h) A despesa de pessoal para 2013 aumentou sensivelmente devido a nova sistematização de contabilização da contribuição patronal para a CAST, que não era empenhado e a partir de 2013 passou a ser empenhado como encargo patronal intraorçamentário. O aumento também contemplou contratações de servidores para as áreas de saúde, educação e assistência social.

i) Em 2014 o aumento foi em decorrência da contratação de servidores para as áreas de saúde e educação, visando atender demandas por profissionais de saúde para trabalhar no mini-hospital, por professores de escolas e CMEIs para o funcionamento de novas turmas nestes locais;

j) Para os exercícios de 2015 a 2018 a previsão é de aumento das despesas com pessoal para suprir deficiências nas escolas, CMEIs, unidades de assistência social e unidades básicas de saúde.

Juros e Encargos da Dívida (3200.00.00)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2003	R\$ 1.119.594,11	
2004	R\$ 1.210.138,14	8,09
2005	R\$ 1.144.064,10	-5,46
2006	R\$ 1.182.110,93	3,33
2007	R\$ 1.400.526,61	18,48
2008	R\$ 1.358.815,08	-2,98
2009	R\$ 1.250.405,67	-7,98
2010	R\$ 1.424.296,13	13,91
2011	R\$ 1.770.932,76	24,34
2012	R\$ 1.892.392,90	6,86
2013	R\$ 1.942.592,67	2,65
2014	R\$ 1.694.644,70	-12,76
2015	R\$ 2.505.048,60	47,82
2016	R\$ 2.706.400,00	8,04
2017	R\$ 2.976.940,00	10,00
2018	R\$ 3.423.331,00	14,99

OBS.:

- a) Em 2007 houve expressivo aumento na despesa com juros e encargos da dívida em razão dos financiamentos contratados em 2005 e 2006.
- b) Em 2008 os valores de novas operações de crédito foram bem inferiores ao pagamento da dívida consolidada, razão pela qual houve diminuição da despesa em comparação à 2007.
- c) Em 2009 houve a diminuição das despesas com juros e encargos da dívida em razão de não ter havido liberação expressiva dos empréstimos.
- d) Para 2010 houve expressivo aumento desta despesa (13,91%) em razão da contratação de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.
- e) Em 2011 o aumento desta despesa foi em razão da continuidade dos financiamentos contratados em 2010 e pela efetivação de outros em 2011, através da Agência de Fomento do Paraná (Programa Paraná Urbano) e do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- f) Em 2012 as despesas com juros e encargos da dívida não tiveram grande aumento em razão da não concretização dos empréstimos pleiteados com a Agência Francesa de Desenvolvimento e com a Agência de Fomento do Paraná.
- g) Em 2013 a despesa com pagamento de juros e encargos da dívida cresceu somente 2,65% em razão da não efetivação de novos financiamentos.
- h) Em 2014 não houve aumento da despesa com juros e encargos em razão de não haver sido liberado novo recurso pela Agência Francesa de Desenvolvimento;
- i) Para 2015 a 2018 a perspectiva é de aumento da despesa com juros e encargos em razão de liberação de recursos pela Agência Francesa de Desenvolvimento e pela possibilidade de novos contratos com a Agência de Fomento do Paraná.

Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (3350.00.00)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2003	R\$ 2.918.521,27	
2004	R\$ 2.549.278,48	-12,65
2005	R\$ 2.741.388,10	7,54
2006	R\$ 1.866.463,28	-31,92
2007	R\$ 2.207.069,04	18,25
2008	R\$ 1.460.301,62	-33,84
2009	R\$ 2.140.610,76	46,59
2010	R\$ 2.133.527,39	-0,33
2011	R\$ 2.638.779,53	23,68
2012	R\$ 1.810.856,73	-31,38
2013	R\$ 2.308.684,31	27,49
2014	R\$ 2.608.923,96	13,00
2015	R\$ 2.915.489,32	11,75
2016	R\$ 3.061.263,79	5,00
2017	R\$ 3.214.326,98	5,00
2018	R\$ 3.375.043,32	5,00

OBS.:

a) As despesas com transferências a instituições privadas sem fins lucrativos são utilizadas nas parcerias com a comunidade em apoio às atividades por estas realizadas. São entidades assistenciais que realizam atendimentos a crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiência e famílias em situação de exclusão e situação de risco. E ainda apoio às comunidades organizadas em suas atividades esportivas, recreativas, turísticas, etc. Em 2008 houve diminuição dessa despesa em razão de ser ano eleitoral e por isso não ser permitido despesas com transferências voluntárias de programas não considerados de caráter social e continuado. Esta despesa possui grande variação nos valores aplicados de 2003 a 2008, pois depende dos programas implantados e da disponibilidade financeira e orçamentária do Município.

b) Em 2009 houve expressivo aumento da despesa de contribuições em razão do aumento concedido ao Programa Percapita da área de assistência social.

c) Para 2010 os valores gastos ficaram abaixo do efetivado em 2009 pois a administração municipal optou em não realizar transferências voluntárias no mesmo volume do exercício anterior.

d) Em 2011 o aumento nesta despesa foi de 23,68% em razão da ampliação das entidades beneficiadas com as transferências voluntárias e aumento do valor repassado.

e) Em 2012, em virtude da legislação eleitoral, as despesas com transferências voluntárias foram realizadas somente para os programas de cunho social e que haviam sido criadas em anos anteriores, razão pela qual houve diminuição dos gastos em relação ao exercício de 2011.

f) Em 2013 houve expressivo aumento desta despesa (27,49%) em razão de mudança de governo onde decidiu-se pelo retorno das transferências voluntárias nos programas implantados e com aumento do valor a ser repassado às entidades assistenciais, ocorrendo o mesmo em 2014.

g) Para 2015 a 2018 a perspectiva é de manutenção da despesa com transferências voluntárias nos programas implantados e com a possibilidade de aumento do valor a ser repassado às entidades assistenciais e educacionais.

Material de Consumo (3390.30.00)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2003	R\$ 6.026.901,59	
2004	R\$ 6.667.969,13	10,64
2005	R\$ 7.217.169,91	8,24
2006	R\$ 6.804.571,94	-5,72
2007	R\$ 7.933.322,69	16,59
2008	R\$ 6.814.213,54	-14,11
2009	R\$ 7.774.744,40	14,10
2010	R\$ 9.079.487,29	16,78
2011	R\$ 10.095.212,52	11,19
2012	R\$ 12.042.066,22	19,28
2013	R\$ 12.200.545,84	1,32
2014	R\$ 14.694.422,88	20,44
2015	R\$ 17.021.027,97	15,83
2016	R\$ 19.134.088,75	12,41
2017	R\$ 20.108.977,02	5,10
2018	R\$ 21.167.944,72	5,27

OBS.:

a) Esta despesa possui grande variação de crescimento em razão de ser utilizada em todos os setores municipais. Cabe tanto para o desenvolvimento dos programas, bem como para as atividades administrativas.

b) Em 2006 houve a diminuição dos gastos em razão da priorização para as despesas com investimentos, especialmente na construção de edificações para os setores de educação e assistência social, bem como para implantação de infraestrutura nas vias urbanas e rurais.

c) Devido à redução desta despesa no ano de 2006, para 2007 foi necessário aumentá-la para dar suporte às atividades meio da administração municipal, razão pela qual houve um incremento de mais de 16% em 2007.

d) Assim como o ano 2006, no exercício de 2008 também teve diminuição das despesas com manutenção para ampliação das despesas com investimentos.

e) Em 2009 houve um aumento das despesas com material de consumo em razão do aumento de programas com crianças, idosos e famílias realizados nas creches, centros da 3ª idade, escolas e nos centros de referência em assistência social, bem como em razão da manutenção realizada nas edificações públicas, como creches, escolas, praças, parques, centros comunitários, etc.

f) Em 2010 o crescimento com a aquisição de material de consumo aumentou em 16% em razão de mudança na forma de manutenção dos próprios públicos, onde anteriormente era realizado por empresa terceirizada e a partir de 2010 foi realizada por servidores públicos, desta forma os materiais utilizados nesta manutenção passaram a ser contabilizados como material de consumo.

g) Em 2011 o aumento das despesas com material de consumo foi de 11,19% em razão da implantação de novos espaços públicos como praças, escolas, creches, unidades de assistência social, postos de saúde, etc. O mesmo ocorreu em 2012 acarretando aumento nos gastos com material de consumo na ordem de 19%.

h) Em 2013 as despesas com material de consumo não ocorreu nos mesmos níveis de anos anteriores devido à reorganização da estrutura administrativa. Em 2014 a despesa com aquisição de material de consumo aumentou para suprir as necessidades da área de saúde com a aquisição de medicamentos, material hospitalar, etc., na área de segurança alimentar com a aquisição de gêneros alimentícios para o abastecimento dos restaurantes populares e no setor administrativo com a aquisição de combustível para abastecimento da frota de veículos.

i) De 2015 a 2018 a perspectiva também é de aumento nas despesas de material de consumo em razão da instalação de novos equipamentos públicos, como escolas, creches, hospital, unidade de pronto atendimento, museu, centros culturais, etc.

Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (3390.39.00)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2003	R\$ 9.783.965,16	
2004	R\$ 12.164.759,56	24,33
2005	R\$ 13.838.344,90	13,76
2006	R\$ 16.622.836,00	20,12
2007	R\$ 18.699.286,07	12,49
2008	R\$ 19.306.773,78	3,25
2009	R\$ 16.629.347,59	-13,87
2010	R\$ 22.976.768,96	38,17
2011	R\$ 30.898.586,67	34,48
2012	R\$ 32.657.838,02	5,69
2013	R\$ 32.205.823,07	-1,38
2014	R\$ 43.356.191,94	34,62
2015	R\$ 55.107.885,97	27,10
2016	R\$ 67.724.228,51	22,89
2017	R\$ 77.037.947,99	13,75
2018	R\$ 84.735.169,24	9,99

OBS.:

a) Esta despesa possui grande variação de crescimento em razão de ser utilizada em todos os setores municipais, cabendo tanto para o desenvolvimento dos programas, manutenção dos próprios públicos, bem como para as atividades administrativas.

b) Em 2008 as despesas com serviços tiveram sensível diminuição no crescimento em comparação aos anos anteriores. Isto deveu-se em razão da priorização por novos investimentos, fazendo com que fossem necessários diminuir os custos com manutenção.

c) Em 2009 houve diminuição nas despesas com serviços em razão de alteração de classificação das despesas com serviços terceirizados para a natureza 3390.37.00 - Locação de mão-de-obra.

d) Em 2010 as despesas com serviços aumentaram em virtude de melhorias realizadas nos próprios públicos e com aumentos na utilização dos serviços de energia elétrica, telecomunicação, água e esgoto. O mesmo ocorreu em 2011, onde houve a necessidade da manutenção dos próprios públicos, e a realização de reformas em edificações, ruas e estradas. Também com a instalação de novos serviços houve aumento com despesas de energia elétrica, água, telefonia e processamento de dados.

e) Em 2012 as despesas com serviços de terceiros foram diminuídas para adequação às necessidades de investimentos com a execução de obras públicas e a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

f) Em 2013 a despesa com prestação de serviços foi menor que em 2012 devido ao reordenamento da estrutura administrativa. Em 2014 a despesa com prestação de serviços aumentou em razão da necessidade de contratação de empresas terceirizadas para manutenção de praças, parques, jardins, dos prédios públicos e com a manutenção e conservação dos bens imóveis;

g) Para 2015 a 2018 a projeção é de crescimento tendo em vista a implantação de novos equipamentos públicos que necessitam de manutenção e a implementação dos programas existentes, bem como a implantação de novos programas.

Obras e Instalações (4490.51.00)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2003	R\$ 7.661.662,21	
2004	R\$ 8.402.425,72	9,67

2005	R\$ 7.467.069,02	-11,13
2006	R\$ 15.356.604,70	105,66
2007	R\$ 12.905.764,67	-15,96
2008	R\$ 20.697.393,56	60,37
2009	R\$ 20.073.960,67	-3,01
2010	R\$ 32.994.935,72	64,37
2011	R\$ 27.885.259,89	-15,49
2012	R\$ 52.006.130,91	86,50
2013	R\$ 15.698.094,36	-69,81
2014	R\$ 21.309.919,28	35,75
2015	R\$ 46.538.160,33	118,39
2016	R\$ 40.037.771,01	-13,97
2017	R\$ 31.042.121,07	-22,47
2018	R\$ 20.123.054,05	-35,18

OBS.:

a) A despesa com obras e instalações sofreu grande variação dos anos de 2003 a 2006. Isto ocorreu em razão desta despesa fazer parte das políticas municipais que podem ser destinadas tanto a despesas de capital como a ações com despesas correntes.

b) No exercício de 2006 houve um grande investimento em infraestrutura, onde foram edificadas escolas, creches, praças, parques, unidades industriais, casas populares, etc., e realizadas melhorias em vias públicas urbanas e rurais como pavimentação asfáltica, galerias de águas pluviais, redes de iluminação públicas, etc.

c) Para o ano de 2008 o substancial aumento nesta despesa, deu-se em razão da execução das obras de contrapartida referente operação de crédito externa contratada junto ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

d) Em 2009 os investimentos foram de grande monta e próximos aos realizados em 2008. Isto se deu em razão da contratação de operação de crédito junto ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento para investimentos em ruas, avenidas e para construção de escolas.

e) Em 2010 o grande volume de investimentos foi em razão da contratação de operação de crédito junto ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e à Agência de Fomento do Paraná, para execução de obras de pavimentação rural e urbana, centros esportivos, centros comunitários, parques ambientais, etc.

f) Em 2011 houve diminuição dos investimentos priorizando gastos com a instalação e manutenção dos serviços.

g) Em 2012 o volume de investimentos foi de grande monta, especialmente em pavimentação de vias urbanas e vias rurais, também na construção de unidades de saúde, como o hospital regional e a UPA, creches e escolas.

f) Em 2013 a despesas com investimentos foi menor que em 2012 devido ao reordenamento da estrutura administrativa. Em 2014 os investimentos foram concentrados na execução de obras de pavimentação de estradas rurais e vias urbanas, e com a construção de unidades de saúde e CMEIs;

i) A partir de 2015 e 2016, a previsão é de aumento dos investimentos com a retomada das obras integrantes do financiamento junto à Agência Francesa de Desenvolvimento. Para 2017 e 2018 estima-se a diminuição dos investimentos visando atender demandas dos programas implantados e para os funcionamento das estruturas físicas construídas nos anos anteriores que requerem despesas de custeio.

Equipamentos e Material Permanente (4490.52.00)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2003	R\$ 1.659.635,84	
2004	R\$ 1.242.914,60	-25,11
2005	R\$ 1.615.405,28	29,97
2006	R\$ 3.852.396,17	138,48
2007	R\$ 3.308.111,00	-14,13
2008	R\$ 2.533.982,94	-23,40
2009	R\$ 6.852.711,46	170,43
2010	R\$ 4.797.195,82	-30,00
2011	R\$ 5.235.815,07	9,14
2012	R\$ 7.110.595,20	35,81
2013	R\$ 8.944.762,06	25,79
2014	R\$ 9.681.236,13	8,23
2015	R\$ 12.857.762,63	32,81
2016	R\$ 11.026.269,08	-14,24
2017	R\$ 11.296.883,89	2,45

2018	R\$ 9.433.382,31	-16,50
------	------------------	--------

OBS.:

a) Em 2006 a despesa com a aquisição de equipamentos e material permanente foi elevada em razão da compra de equipamentos rodoviários como caminhões, patrulas, retroescavadeiras, motoniveladoras, etc. que são utilizadas na manutenção e readequação de estradas rurais, pontes e bueiros. O parque de máquinas estava sucateado e sem condições de atender a demanda.

b) Considerando que a execução de serviços e obras em estradas rurais tem custo menor quando executado por administração direta do que pela contratação de serviços de terceiros, a administração municipal adquiriu em 2007 novos equipamentos que importaram em expressivo valor com as despesas com equipamentos e materiais permanentes.

c) No exercício de 2008 diminui-se os custos com a aquisição de equipamentos em razão dos investimentos realizados em 2006 e 2007.

d) No ano de 2009 grandes investimentos foram feitos com a aquisição de equipamentos rodoviários, através de financiamento do Programa PARANÁ URBANO e com a aquisição de equipamentos de informática.

e) Em 2011 novos investimentos foram realizados com a aquisição de veículos, máquinas e equipamentos, para agilização dos serviços administrativos e para manutenção dos próprios públicos. Também foram adquiridos equipamentos esportivos e de lazer para uso da comunidade, como academias de ginástica e parquinhos infantis.

f) Em 2012 os investimentos em aquisição de equipamentos e materiais permanentes também foram de grande de vulto. Os maiores investimentos foram na aquisição de veículos e equipamentos rodoviários para execução de obras e manutenção de vias urbanas e rurais e para aparelhamento da guarda municipal, mobiliários para equipamento de escolas e CMEIs, equipamentos para as unidades básicas de saúde e equipamentos de informática para aparelhamento das secretarias municipais.

g) Em 2013 e 2014 as despesas com a aquisição de equipamentos e material permanente foi ainda maior que em 2012, devido à política de melhoria das condições de trabalho dos servidores e da oferta de equipamentos à comunidade.

h) Para 2015 a 2018 a previsão é para continuidade na aquisição de veículos e equipamentos rodoviários visando a implantação de patrulha rural e o equipamento das escolas, CMEIs, e unidades de saúde implantadas.

Principal da Dívida Contratual Resgatada (4690.71.00)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2003	R\$ 2.468.334,17	
2004	R\$ 2.488.570,92	0,82
2005	R\$ 3.284.787,10	31,99
2006	R\$ 3.867.933,35	17,75
2007	R\$ 4.469.174,78	15,54
2008	R\$ 4.636.483,48	3,74
2009	R\$ 4.106.635,13	-11,43
2010	R\$ 3.815.057,45	-7,10
2011	R\$ 4.323.564,38	13,33
2012	R\$ 3.480.430,82	-19,50
2013	R\$ 4.483.391,12	28,82
2014	R\$ 4.253.365,09	-5,13
2015	R\$ 4.120.000,00	-3,14
2016	R\$ 4.738.000,00	15,00
2017	R\$ 5.211.800,00	10,00
2018	R\$ 5.732.980,00	10,00

OBS.:

a) As despesas com o pagamento das dívidas sofreram de 2004 para 2005 grande aumento devido à necessidade do parcelamento de dívidas com o INSS, FGTS e PASEP de contratos com empresas prestadoras de serviços.

b) Nos anos de 2005 e 2006 a despesa com amortizações das dívidas foi alta, em razão dos contratos relativos a operações de crédito utilizarem o sistema price, onde nos anos finais dos contratos o valor da amortização é maior que os juros.

c) Com a contratação de novos financiamentos em 2006 houve incremento nesta despesa em 2007. Para o exercício de 2008 a contratação de novos financiamentos não importou no pagamento de amortização da dívida.

d) Em 2009 e 2010 a despesa com a amortização da dívida diminuiu em razão da finalização dos contratos de empréstimos. Em 2011 novos contratos tiveram início de pagamento da amortização, ao tempo em que outros foram finalizados, acarretando no aumento das despesas comparativamente à 2010. A diminuição da despesa em 2012 se deu em virtude da finalização de contratos de financiamento antigos.

e) Em 2013 houve aumento da despesa de amortização da dívida em razão de operações de crédito contratadas em 2011 e 2012 estarem finalizando o período de carência. Em 2014 a despesa com o pagamento da amortização da dívida foi menor que em 2013 em razão da finalização dos contratos de empréstimos antigos e pela não contratação de novas operações de crédito em 2013.

f) Para o exercício de 2015 a previsão é da manutenção dos valores pagos com amortização da dívida, para 2016 a 2018 estima-se aumento desta despesa em razão da finalização do prazo de carência de contratos como BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e com a Agência de Fomento do Paraná.

NOTA EXPLICATIVA :

a) Os valores apresentados são consolidados, tendo sido incluídas as despesas da administração direta (Município), fundacional (FUNTEC), autárquica (CAST) e de fundos especiais (Fundo de Trânsito, Fundo de Previdência e FUNREBOM).

b) Os valores de 2003 a 2014 são despesas efetivamente realizadas, de 2015 são as previstas no orçamento para serem executadas, de 2016 a 2018 são valores estimados conforme a arrecadação prevista para estes exercícios.

ANEXO III

Demonstrativo do Resultado Primário - Consolidado

MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE CADA ANO EM REFERÊNCIA

LRF, Art. 53, inciso III - Anexo VII

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	2013	2014	2015	2016	2017	2018
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	280.349.602,93	304.201.359,93	365.320.624,75	440.984.651,64	492.170.165,86	535.199.425,94
Receitas Tributárias	57.313.729,06	69.394.709,41	83.735.669,20	96.494.002,24	106.613.967,67	116.120.650,60
IPTU	17.568.252,28	20.922.787,12	22.417.508,65	28.754.946,11	33.068.188,04	39.351.143,78
ISS	17.856.622,32	22.759.925,02	26.406.104,29	30.451.124,60	31.463.849,14	31.463.849,14
ITBI	6.472.331,61	7.879.178,54	10.602.260,85	10.059.620,99	10.944.775,11	10.944.775,11
IRRF	7.148.289,38	8.334.471,54	10.774.819,72	11.515.711,99	13.012.304,10	14.258.688,15
Outras Receitas Tributárias	8.268.233,47	9.498.347,19	13.534.975,69	15.712.598,55	18.124.851,28	20.102.194,42
Receitas de Contribuições	47.326.614,70	51.997.263,64	58.750.792,87	77.343.617,27	85.109.873,25	94.530.666,79
Receitas Previdenciárias	40.782.485,30	44.429.098,35	50.731.880,17	68.495.946,41	75.346.001,04	83.790.407,36
Outras Receitas de Contribuições	6.544.129,40	7.568.165,29	8.018.912,70	8.847.670,86	9.763.872,21	10.740.259,43
Receita Patrimonial Líquida	387.923,91	419.060,52	841.276,38	806.965,05	1.072.519,65	1.179.771,61
Receita Patrimonial	9.474.913,08	19.882.224,88	17.184.850,30	16.561.770,67	18.261.039,99	19.830.546,15
(-) Aplicações Financeiras	(9.086.989,17)	(19.463.164,36)	(16.343.573,92)	(15.754.805,62)	(17.188.520,34)	(18.650.774,54)
Transferências Correntes	153.375.682,89	164.379.319,29	190.462.536,50	233.830.888,49	259.423.303,37	281.910.487,54
FPM	36.896.141,10	39.626.281,04	46.074.545,37	60.484.290,00	66.532.720,00	73.185.992,00
ICMS	65.631.017,07	73.129.916,12	83.829.907,36	104.596.490,00	115.056.150,00	126.561.765,00
Convênios	5.641.675,72	2.266.226,16	1.384.603,88	966.450,86	916.463,94	916.463,94
Outras Transferências Correntes	45.206.849,00	49.356.895,97	59.173.479,89	67.783.657,63	76.917.969,43	81.246.266,60
Demais Receitas Correntes	21.945.652,37	18.011.007,07	31.530.349,80	32.509.178,59	39.950.501,92	41.457.849,40
Divida Ativa	9.994.192,63	7.716.459,41	17.056.691,57	16.879.867,32	21.458.626,86	21.703.795,35
Diversas Receitas Correntes	11.951.459,74	10.294.547,66	14.473.658,23	15.629.311,27	18.491.875,06	19.754.054,05
RECEITAS DE CAPITAL (II)	11.292.591,14	7.864.968,68	20.580.165,77	26.786.720,15	17.012.965,03	18.232.721,24
Operações de Crédito (III)	8.125.408,24	1.790.971,51	7.069.598,40	25.234.901,53	11.000.000,00	12.000.000,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	163.366,36	252.998,53	3.653.380,00	551.818,62	4.207.965,03	4.427.721,24
Transferências de Capital	3.003.816,54	5.820.998,64	9.857.187,37	1.000.000,00	1.805.000,00	1.805.000,00
Convênios	2.647.816,79	4.265.843,64	8.930.000,00	0,00	1.805.000,00	1.805.000,00
Outras Transferências de Capital	355.999,75	1.555.155,00	927.187,37	1.000.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI)=(II-III-IV-V)	3.003.816,54	5.820.998,64	9.857.187,37	1.000.000,00	1.805.000,00	1.805.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII)=(I+VI)	283.353.419,47	310.022.358,57	375.177.812,12	441.984.651,64	493.975.165,86	537.004.425,94
DESPESAS PRIMÁRIAS	2013	2014	2015	2016	2017	2018
DESPESAS CORRENTES (VIII)	221.073.811,59	263.865.790,78	348.926.477,85	389.521.528,55	432.190.321,03	476.908.754,92
Pessoal e Encargos Sociais	144.860.393,57	171.222.080,87	226.793.131,85	225.730.284,63	249.992.544,12	276.954.246,38
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.942.592,67	1.694.644,70	2.156.576,90	2.706.400,00	2.976.940,00	3.423.331,00
Outras Despesas Correntes	74.270.825,35	90.949.065,21	119.976.769,10	161.084.843,92	179.220.836,91	196.531.177,54
DESPESAS PRIMÁRIA CORRENTES (X)=(VIII-IX)	219.131.218,92	262.171.146,08	346.769.900,95	386.815.128,55	429.213.381,03	473.485.423,92
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	34.303.873,35	41.162.679,71	29.504.660,46	65.069.703,64	62.341.316,96	59.793.909,56
Investimentos	29.140.482,23	36.909.314,62	24.811.260,46	60.331.703,64	57.129.516,96	54.060.929,56
Inversões Financeiras	680.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	680.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	4.483.391,12	4.253.365,09	4.692.400,00	4.738.000,00	5.211.800,00	5.732.980,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	29.820.482,23	36.909.314,62	24.811.260,46	60.331.703,64	57.129.516,96	54.060.929,56
RESERVA CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	4.561.751,08	1.582.308,75	1.787.531,06	2.094.071,06
RESERVA RPPS (XVII)	21.208.261,23	21.208.261,23	19.251.475,05	27.352.636,47	30.052.482,18	33.286.186,18
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	270.159.962,38	320.288.721,93	395.394.387,54	476.081.777,41	518.182.911,23	562.926.610,72
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX)=(VII - XVIII)	13.193.457,09	(10.266.363,36)	(20.216.575,42)	(34.097.125,77)	(24.207.745,37)	(25.922.184,78)

DESCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

OBS.:

- Dados consolidados, considerando administração direta e indireta (fundação, fundos especiais e autárquica);
- Os dados do exercício de 2015 são os projetados na LDO 2015;
- Para os exercícios de 2016 a 2018 a receita foi projetada conforme metodologia de cálculo das receitas ANEXO I e projeção das receitas Anexo VIII;
- Para os exercícios de 2016 e 2018 a despesa foi projetada conforme metodologia de cálculo da despesa ANEXO II e projeção das despesas Anexo V.
- Não estão sendo considerados valores de possível superávit do exercício de 2015, tendo em vista a impossibilidade de apuração do valor.

ANEXO III

Demonstrativo do Resultado Primário

ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	2015	2016	2017	2018
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	309.174.992,55	366.065.708,28	409.320.949,35	443.164.281,56
Receita Tributária	83.735.669,20	96.494.002,24	106.613.967,67	116.120.650,60
IPTU	22.417.508,65	28.754.946,11	33.068.188,04	39.351.143,78
ISS	26.406.104,29	30.451.124,60	31.463.849,14	31.463.849,14
ITBI	10.602.260,85	10.059.620,99	10.944.775,11	10.944.775,11
IRRF	10.774.819,72	11.515.711,99	13.012.304,10	14.258.688,15
Outras Receitas Tributárias	13.534.975,69	15.712.598,55	18.124.851,28	20.102.194,42
Receitas de Contribuições	8.018.912,70	8.847.670,86	9.763.872,21	10.740.259,43
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	8.018.912,70	8.847.670,86	9.763.872,21	10.740.259,43
Receita Patrimonial Líquida	841.276,38	806.965,05	1.072.519,65	1.179.771,61
Receita Patrimonial	7.261.055,30	5.446.541,02	5.954.326,26	6.302.421,05
(-) Aplicações Financeiras	(6.419.778,92)	(4.639.575,97)	(4.881.806,61)	(5.122.649,44)
Transferências Correntes	190.462.536,50	233.830.888,49	259.423.303,37	281.910.487,54
FPM	46.074.545,37	60.484.290,00	66.532.720,00	73.185.992,00
ICMS	83.829.907,36	104.596.490,00	115.056.150,00	126.561.765,00
Convênios	1.384.603,88	966.450,86	916.463,94	916.463,94
Outras Transferências Correntes	59.173.479,89	67.783.657,63	76.917.969,43	81.246.266,60
Demais Receitas Correntes	26.116.597,77	26.086.181,64	32.447.286,45	33.213.112,38
Divida Ativa	17.056.691,57	16.879.867,32	21.458.626,86	21.703.795,35
Diversas Receitas Correntes	9.059.906,20	9.206.314,32	10.988.659,59	11.509.317,03
RECEITAS DE CAPITAL (II)	20.580.165,77	26.786.720,15	17.012.965,03	18.232.721,24
Operações de Crédito (III)	7.069.598,40	25.234.901,53	11.000.000,00	12.000.000,00
Amortizações de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	3.653.380,00	551.818,62	4.207.965,03	4.427.721,24
Transferências de Capital	9.857.187,37	1.000.000,00	1.805.000,00	1.805.000,00
Convênios	8.930.000,00	0,00	1.805.000,00	1.805.000,00
Outras Transferências de Capital	927.187,37	1.000.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIA DE CAPITAL (VI)=(II-III-IV-V)	9.857.187,37	1.000.000,00	1.805.000,00	1.805.000,00
RECEITAS PRIMÁRIA TOTAL (VII)=(I+VI)	319.032.179,92	367.065.708,28	411.125.949,35	444.969.281,56
DESPESAS PRIMÁRIAS	2015	2016	2017	2018
DESPESAS CORRENTES (VIII)	301.702.918,25	330.390.835,26	366.506.938,28	403.965.521,03
Pessoal e Encargos Sociais	192.947.410,67	188.357.511,35	208.315.324,47	230.390.981,57
Juros e Encargos da Dívida (IX)	2.156.576,90	2.706.400,00	2.976.940,00	3.423.331,00
Outras Despesas Correntes	106.598.930,68	139.326.923,91	155.214.673,81	170.151.208,46
DESPESAS PRIMÁRIA CORRENTES (X)=(VIII-IX)	299.546.341,35	327.684.435,26	363.529.998,28	400.542.190,03
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	29.165.746,10	64.333.994,80	61.568.256,14	58.959.797,64
Investimentos	24.472.346,10	59.595.994,80	56.356.456,14	53.226.817,64
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	4.692.400,00	4.738.000,00	5.211.800,00	5.732.980,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	24.472.346,10	59.595.994,80	56.356.456,14	53.226.817,64
RESERVA CONTINGÊNCIA (XVI)	4.500.000,00	1.510.000,00	1.703.000,00	2.009.540,00
DESPEZA PRIMÁRIA TOTAL (XVII)=(X+XV+XVI)	328.518.687,45	388.790.430,06	421.589.454,42	455.778.547,67
RESULTADO PRIMÁRIO (XVIII)=(VII - XVII)	(9.486.507,53)	(21.724.721,78)	(10.463.505,07)	(10.809.266,11)
DESCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR			
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				

ANEXO III

Demonstrativo do Resultado Primário

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TOLEDO				
RECEITAS PRIMÁRIAS	2015	2016	2017	2018
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	11.825.618,87	15.546.338,03	17.101.271,83	18.802.239,01
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	11.752.618,87	15.466.338,03	17.013.271,83	18.714.239,01
Receitas Previdenciárias	11.752.618,87	15.466.338,03	17.013.271,83	18.714.239,01
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	72.000,00	79.300,00	87.600,00	87.600,00
(-) Aplicações Financeiras	(72.000,00)	(79.300,00)	(87.600,00)	(87.600,00)
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
FPM	0,00	0,00	0,00	0,00
ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	73.000,00	80.000,00	88.000,00	88.000,00
Divida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	73.000,00	80.000,00	88.000,00	88.000,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI)=(II-III-IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII)=(I+VI)	11.825.618,87	15.546.338,03	17.101.271,83	18.802.239,01
DESPESAS PRIMÁRIAS	2015	2016	2017	2018
DESPESAS CORRENTES (VIII)	11.836.551,87	15.557.589,64	17.112.655,21	18.813.622,39
Pessoal e Encargos Sociais	4.028,64	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	11.832.523,23	15.557.589,64	17.112.655,21	18.813.622,39
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X)=(VIII-IX)	11.836.551,87	15.557.589,64	17.112.655,21	18.813.622,39
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
Investimentos	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
RESERVA CONTINGÊNCIA (XVI)	41.067,00	48.048,39	56.216,62	56.216,62
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVII)=(X+XV+XVI)	11.897.618,87	15.625.638,03	17.188.871,83	18.889.839,01
RESULTADO PRIMÁRIO (XVIII)=(VII - XVII)	(72.000,00)	(79.300,00)	(87.600,00)	(87.600,00)
DESCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR			
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				

ANEXO III

Demonstrativo do Resultado Primário

COORDENAÇÃO DE PREVIDÊNCIA - TOLEDOPREV				
RECEITAS PRIMÁRIAS	2015	2016	2017	2018
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	42.565.213,33	57.216.777,25	63.376.533,79	70.624.353,39
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	38.979.261,30	53.029.608,38	58.332.729,21	65.076.168,35
Receitas Previdenciárias	38.979.261,30	53.029.608,38	58.332.729,21	65.076.168,35
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	9.809.300,00	10.990.300,00	12.169.200,00	13.386.120,00
(-) Aplicações Financeiras	(9.809.300,00)	(10.990.300,00)	(12.169.200,00)	(13.386.120,00)
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
FPM	0,00	0,00	0,00	0,00
ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	3.585.952,03	4.187.168,87	5.043.804,58	5.548.185,04
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	3.585.952,03	4.187.168,87	5.043.804,58	5.548.185,04
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI)=(II-III-IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII)=(I+VI)	42.565.213,33	57.216.777,25	63.376.533,79	70.624.353,39
DESPESAS PRIMÁRIAS	2015	2016	2017	2018
DESPESAS CORRENTES (VIII)	33.151.660,78	40.885.066,86	45.526.021,51	50.757.057,11
Pessoal e Encargos Sociais	32.855.682,46	37.268.370,06	41.557.155,95	46.425.191,55
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	295.978,32	3.616.696,80	3.968.865,56	4.331.865,56
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X)=(VIII-IX)	33.151.660,78	40.885.066,86	45.526.021,51	50.757.057,11
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA CONTINGÊNCIA (XVI)	19.251.475,05	27.352.636,47	30.052.482,18	33.286.186,18
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVII)=(X+XV+XVI)	52.403.135,83	68.237.703,33	75.578.503,69	84.043.243,29
RESULTADO PRIMÁRIO (XVIII)=(VII - XVII)	(9.837.922,50)	(11.020.926,08)	(12.201.969,90)	(13.418.889,90)
DESCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR			
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				

ANEXO III

Demonstrativo do Resultado Primário

FUNDO DE TRÂNSITO				
RECEITAS FISCAIS	2015	2016	2017	2018
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	1.754.800,00	2.155.828,08	2.371.410,89	2.608.551,98
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	30.495,00	32.629,65	34.913,73	38.405,10
(-) Aplicações Financeiras	(30.495,00)	(32.629,65)	(34.913,73)	(38.405,10)
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
FPM	0,00	0,00	0,00	0,00
ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	1.754.800,00	2.155.828,08	2.371.410,89	2.608.551,98
Divida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	1.754.800,00	2.155.828,08	2.371.410,89	2.608.551,98
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIA DE CAPITAL (VI)=(II-III-IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII)=(I+VI)	1.754.800,00	2.155.828,08	2.371.410,89	2.608.551,98
DESPESAS PRIMÁRIAS	2015	2016	2017	2018
DESPESAS CORRENTES (VIII)	1.599.761,50	1.919.433,53	2.158.866,31	2.399.498,77
Pessoal e Encargos Sociais	800.928,46	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	798.833,04	1.919.433,53	2.158.866,31	2.399.498,77
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X)=(VIII-IX)	1.599.761,50	1.919.433,53	2.158.866,31	2.399.498,77
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	165.000,00	245.000,00	219.350,00	219.350,00
Investimentos	165.000,00	245.000,00	219.350,00	219.350,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	165.000,00	245.000,00	219.350,00	219.350,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	20.533,50	24.024,20	28.108,31	28.108,31
DESPEZA PRIMÁRIA TOTAL (XVII)=(X+XV+XVI)	1.785.295,00	2.188.457,73	2.406.324,62	2.646.957,08
RESULTADO PRIMÁRIO (XVIII)=(VII - XVII)	(30.495,00)	(32.629,65)	(34.913,73)	(38.405,10)
DESCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR			
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				

ANEXO III
Demonstrativo do Resultado Primário

FUNREBOM				
RECEITAS FISCAIS	2015	2016	2017	2018
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	12.000,00	13.000,00	15.000,00	16.000,00
(-) Aplicações Financeiras	(12.000,00)	(13.000,00)	(15.000,00)	(16.000,00)
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
FPM	0,00	0,00	0,00	0,00
ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIA DE CAPITAL (VI)=(II-III-IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII)=(I+VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS	2015	2016	2017	2018
DESPESAS CORRENTES (VIII)	544.860,00	583.200,04	680.176,02	748.382,36
Pessoal e Encargos Sociais	110.347,12	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	434.512,88	583.200,04	680.176,02	748.382,36
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X)=(VIII-IX)	544.860,00	583.200,04	680.176,02	748.382,36
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	151.914,36	456.188,06	519.393,26	569.453,92
Investimentos	151.914,36	456.188,06	519.393,26	569.453,92
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	151.914,36	456.188,06	519.393,26	569.453,92
RESERVA CONTINGÊNCIA (XVI)	136,89	160,16	187,39	187,39
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVII)=(X+XV+XVI)	696.911,25	1.039.548,26	1.199.756,67	1.318.023,67
RESULTADO PRIMÁRIO (XVIII)=(VII - XVII)	(696.911,25)	(1.039.548,26)	(1.199.756,67)	(1.318.023,67)
DESCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR			
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				

ANEXO III

Demonstrativo do Resultado Primário

FUNTEC				
RECEITAS FISCAIS	2015	2016	2017	2018
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
FPM	0,00	0,00	0,00	0,00
ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIA DE CAPITAL (VI)=(II-III-IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII)=(I+VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS	2015	2016	2017	2018
DESPESAS CORRENTES (VIII)	90.725,45	185.403,22	205.663,70	224.673,26
Pessoal e Encargos Sociais	74.734,50	104.403,22	120.063,70	138.073,26
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	15.990,95	81.000,00	85.600,00	86.600,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X)=(VIII-IX)	90.725,45	185.403,22	205.663,70	224.673,26
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.000,00	14.520,78	14.317,56	25.308,00
Investimentos	2.000,00	14.520,78	14.317,56	25.308,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	2.000,00	14.520,78	14.317,56	25.308,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	13,69	76,00	18,74	18,74
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVII)=(X+XV+XVI)	92.739,14	200.000,00	220.000,00	250.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XVIII)=(VII - XVII)	(92.739,14)	(200.000,00)	(220.000,00)	(250.000,00)
DESCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR			
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				

PL 100/2015
AUTORIA: Poder Executivo

